

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE
OBRAS E SERVIÇOS – CPLCSO/PMVJ.

ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
PROTOCOLO GERAL
PROCESSO Nº <u>1034</u>
DATA: <u>29/03/23</u> HS: <u>16:15</u>
<u>Fernanda M. Putinho</u>
FUNÇÃO: <u>FUNÇÃO</u>

A Administração Pública não pode descumprir as normas legais, tampouco as condições editalícias, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (Lei 8.666/93, art. 41).

Dormientibus non succurrit jus (O Direito não socorre aos que dormem)

REF: TOMADA DE PREÇO 001/2023 – CPLCSO/PMVJ.

JPL CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o número 11.474.743/0001-10, legalmente HABILITADA na fase inaugural do processo licitatório em epígrafe, vem tempestivamente por seu titular devidamente habilitado, perante Vossa Senhoria apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO. EM RAZÃO DE HABILITAÇÃO DE LICITANTES SEM O DEVIDO CUMPRIMENTO DAS NORMAS LEGAIS.BEM COMO DO CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO SEM O DEVIDO PROCESSO LEGAL.

Com as inclusas razões, com fulcro no art. 109, inciso I, alínea "a" e demais dispositivos legais pertinentes da Lei Federal 8.666/93, e exercendo o direito de petição assegurado no art. 5º, inciso XXXIV alínea "a" da Constituição Federal, expor e requerer o que segue:

PRELIMINARMENTE.

Em primeiro plano, sobre o direito de petição, a recorrente transcreve o ensinamento do professor José Antonio da Silva em sua obra DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO, edição 1989, pag. 382,

"É importante frisar que o Direito de Petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhe-la quer para desacolhe-la com a devida motivação".

Também o renomado mestre Marçal Justen Filho, em sua obra COMENTÁRIOS A LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, 8ª edição, pag. 647, assim assevera:

"A Constituição Federal assegura, de modo genérico, o direito de petição, (Art. 5º inciso XXXIV, a), como instrumento de defesa dos direitos pessoais, especialmente contra atos administrativos inválidos. Além disso a Constituição assegura a publicidade dos atos administrativos (art.37), e o direito ao Contraditório e a ampla defesa (art.5º, inciso LV)".

Assim quer a recorrente que as razões aqui formuladas sejam devidamente autuadas, e se não acolhidas, o que se admite apenas e tão somente "ad-argumentandum" que haja uma decisão motivada sobre o pedido formulado.

1.1 – DO EFEITO SUSPENSIVO

Requer à RECORRENTE, sejam recebidas as presentes razões e encaminhadas a autoridade competente para sua apreciação e julgamento em conformidade com o art. 109, parágrafos 2º e 4º da Lei 8.666/93, concedendo efeito suspensivo aos atos da Douta Comissão de Licitação que considerou como habilitadas as licitantes que não cumpriram as orientações legais, bem como os ditames do instrumento convocatório, aqui impugnada até o julgamento final na via administrativa.

Art. 109 – Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

Parágrafo 2º - O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente razões de interesse público atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

(...)

Parágrafo 4º - O recurso será dirigida à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

2 - DOS FATOS

Atendendo ao chamamento da TOMADA DE PREÇOS N° 001/2023-CPLCSO/PMVJ - em 24.03.2023 às 9,00 horas, a recorrente participou da presente licitação pública, tendo sido A ÚNICA EMPRESA LICITANTE A APRESENTAR COM REGULARIDADE TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, não tendo durante a seção de habilitação nenhum apontamento de falhas de documentos por parte das licitantes concorrentes que merecesse guarida.

Participaram também do certame licitatório as empresas: IVM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, ALFA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA e EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI-EPP, sendo também declaradas habilitadas de **forma equivocada** conforme veremos a seguir:

Após análise, a Douta Comissão de Licitação alegou que a recorrente não apresentou em seu acervo técnico o **piso intertravado, com bloco retangular colorido de 20x10cm, com espessura de 6cm. Na quantidade 1.672,00m².**

A Douta Comissão pecou por omissão ou imperícia ao deixar de considerar que no item 16.3 do Acervo Técnico com atestado de número 509121 expedido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em nome da recorrente e de seu responsável técnico consta o serviço de **"PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS DE CONCRETO SEXTAVADOS ESPESSURA 10CM, COM JUNTA RÍGIDA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIAS), ASSENTAMENTO SOBRE COLCHÃO DE PÓ DE PEDRA, COM APOIO DE CAMINHÃO TOCO"**. Com quantidade de 5.221,00m².

Logo percebe-se que por similaridade, o acervo técnico apresentado é bem superior ao exigido no Instrumento Convocatório, e, tanto o piso retangular, como o piso sextavado são normatizados através da NBR 9781 da ABNT, ou seja, tem a mesma característica e técnica construtiva. (ANEXO 1)

Sobre o tema, o Direito Brasileiro institui no parágrafo 1º do art. 30 da Lei 8.666/93 :

(...)

A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às

parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos. (Grifo nosso).

Na mesma esteira, vemos no parágrafo terceiro do mesmo artigo que:

"Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior". (Grifo nosso).

Facultada a palavra para que os licitantes apontassem possíveis falhas na documentação dos seus concorrentes, pela ordem a Empresa IVM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI nada questionou sobre os documentos da recorrente, da mesma forma a licitante EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI também não fez nenhum apontamento de erros na documentação da recorrente.

A licitante ALFA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, apresentou em seu questionamento que a recorrente não dispõe de CNAE compatível com o objeto licitado.

O argumento da recorrida foi combatido pelo representante da recorrente, tendo este alegado que por se tratar de obra de **revitalização e readequação de praça**, passa a ter característica de obra edificação e de acabamento e não de construção de praça propriamente dita, continuando com o argumento de defesa, o representante da recorrente informou à Douta Comissão que todos os itens constantes no orçamento da obra licitada constam dos seus acervos técnicos apensados ao processo.

A recorrente também combateu o argumento equivocado da recorrida ALFA no sentido da existência de farta jurisprudências proferidas pelo TCU acerca do assunto em tela.

Por fim, a Douta Comissão entendeu que o assunto discutido não encontra amparo legal em nosso ordenamento jurídico tendo assim acatado os argumentos da defesa da recorrente, habilitando-a para a fase seguinte do certame.

Apesar de inconsistências na documentação das licitantes IVM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, ALFA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA e EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI-EPP, foram também declaradas habilitadas de forma equivocada conforme veremos a seguir:

INCONSISTENCIAS DA LICITANTE – ALFA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA.

A licitante ALFA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA no momento vestibular do ato licitatório deixou de apresentar junto com os documentos exigidos para o CREDENCIAMENTO a declaração estampada no item 6.3.

Nessa oportunidade, a Presidenta da Douta Comissão de Licitação informou ao representante da licitante ALFA que por falta do documento não seria possível credenciar-lo.

O representante da licitante argumentou que o aludido documento encontrava-se no bojo de documentos contidos no envelope de habilitação. O argumento foi parcialmente aceito pela Douta Comissão até que se verificasse a abertura do envelope de habilitação para que fosse confirmada a existência do aludido documento.

Aberto o Envelope da licitante ora recorrida verificou-se que não existia a aludida DECLARAÇÃO ainda assim, a licitante foi credenciada pela Douta Comissão, ferindo dessa forma o art. 41 da Lei de Licitações, bem como o que preconiza o Edital da Licitação em apreço no item 6.3.

Na fase seguinte (análise dos documentos de habilitação) foi verificado ainda que o Atestado de Visita não foi assinado pelo Responsável técnico da licitante requerida como assim estabelece o Edital de Licitação em apreço. Item 8.4.

Ainda assim, foi aplicada mais uma dose de bondade da Douta Comissão para manter a licitante no certame.

DAS INCONSITENCIAS DA LICITANTE EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI-EPP.

A licitante EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI-EPP, deixou de cumprir o item 9.1 – do Edital de Licitação que exige a apresentação do balanço na FORMA DA LEI.

Ao apresentar o Balanço Patrimonial a requerida deixou de anexar ao Balanço Patrimonial o LIVRO DIÁRIO, peça indissociável do mesmo, como assim estabelece a legislação pertinente.

O fato da não apresentação do LIVRO DIÁRIO no balanço impossibilita a conferência e análise de dados tanto pela Douta Comissão como pelos demais licitantes que tiverem interesse em fazer o estudo dos números apontados no LIVRO DIÁRIO para então saber se o resultado condiz com as informações técnicas do contador responsável pela sua elaboração.

DAS INCONSISTENCIAS DA LICITANTE IVM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.

A licitante IVM CONSTRUÇÕES EIRELI, também deixou de cumprir as exigências do item 9.1 do Edital de Licitação que exige a apresentação do Balanço na forma da Lei. Seu balanço veio desprovido do LIVRO DIÁRIO, peça indissociável do balanço. Sem ela não tem como analisar para saber se os resultados são verdadeiros.

No tocante aos acervos técnicos operacional apontados pela licitante ALFA e confirmados pela Douta Comissão, verificou-se que a licitante não apresentou todos os itens previstos no edital.

3 – DO DIREITO.

Ab Initio, cumpre verificar que o art. 3º Caput da Lei 8.666/93, pre-leciona que quanto a Administração Pública quanto as interessados ficam obrigados a observância dos termos e condições previstas no Edital.

"Art 3º A Licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação do instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos".(Grifamos).

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.(Grifamos).

(...)

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.(Grifamos).

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

SOBRE A AUSENCIA DO LIVRO DIÁRIO NO BALANÇO.

Como sobejamente contestado sobre o assunto em tela, as licitantes concorrentes foram agraciadas ao arripio da lei, e do Edital em seu item 9.1 que se assim estabelece.

9 - Para a comprovação da qualificação econômica financeira:

9.1 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentada na **forma da lei** que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados a mais de três meses da data da apresentação da proposta.(grifo nosso).

Na mesma senda, encontramos no inciso I do Art. 31 da Lei 8.666/93, preconiza que:

A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

*I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na **FORMA DA LEI**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; (Grifo nosso).*

A Lei 8.666/93, ao referir ao termo **FORMA DA LEI**, insculpido no inciso I do art. 31, remete-nos ao Código Civil Brasileiro. Lei 10.406/2002,

CAPÍTULO IV Da Escrituração

art. 1.179. O empresário e a sociedade empresária são obrigados a seguir um sistema de contabilidade, mecanizado ou não, com base na escrituração uniforme de seus livros, em correspondência com a documentação respectiva, e a levantar anualmente o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

§ 1º Salvo o disposto no art. 1.180, o número e a espécie de livros ficam a critério dos interessados.

§ 2º É dispensado das exigências deste artigo o pequeno empresário a que se refere o art. 970.

Art. 1.180. Além dos demais livros exigidos por lei, é indispensável o Diário, que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.

Parágrafo único. A adoção de fichas não dispensa o uso de livro apropriado para o lançamento do balanço patrimonial e do de resultado econômico.

Art. 1.181. Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis.

Parágrafo único. A autenticação não se fará sem que esteja inscrito o empresário, ou a sociedade empresária, que poderá fazer autenticar livros não obrigatórios.

Art. 1.184. No Diário serão lançadas, com individuação, clareza e caracterização do documento respectivo, dia a dia, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas ao exercício da empresa. (Grifo nosso).

§ 1º Admite-se a escrituração resumida do Diário, com totais que não excedam o período de trinta dias, relativamente a contas cujas operações sejam numerosas ou realizadas fora da sede do estabelecimento, desde que utilizados livros auxiliares regularmente autenticados, para registro individualizado, e conservados os documentos que permitam a sua perfeita verificação.

§ 2º Serão lançados no Diário o balanço patrimonial e o de resultado econômico, devendo ambos ser assinados por técnico em Ciências Contábeis legalmente habilitado e pelo empresário ou sociedade empresária.

(...)

Art. 1.186. O livro Balancetes Diários e Balanços será escriturado de modo que registre:

I - a posição diária de cada uma das contas ou títulos contábeis, pelo respectivo saldo, em forma de balancetes diários;

II - o balanço patrimonial e o de resultado econômico, no encerramento do exercício.

Com base no Código Civil, uma das obrigações essenciais dos empresários é o dever de manter a escrituração, a qual fica a cargo de profissionais habilitados. Esta escrituração contábil tem como funções principais,

as gerenciais, documentais e fiscais. Portanto, a partir do Código Civil de 2002 em nosso Direito positivo civil e comercial, existe obrigatoriedade a todos os empresários de manterem sua escrituração contábil regular e completa, exceto o empresário rural e o pequeno empresário (art. 1179, § 2º e art. 970). Conforme a seguir definimos:

Empresário

Considera-se empresário aquele que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa (art. 966 e 967 do Código Civil)

Empresário Rural

O empresário cuja atividade rural constitua sua principal profissão, não está obrigado a registrar-se na Junta Comercial. Entretanto, se efetuar o registro, ficará obrigado a formalidades legais aplicáveis as demais empresas, inclusive a escrituração contábil (art. 971).

PEQUENO EMPRESÁRIO

O art. 970 do Novo Código Civil dispõe que a lei assegurará tratamento favorecido, diferenciado e simplificado ao empresário rural e ao pequeno empresário, quanto à inscrição e aos efeitos daí decorrentes.

No art. 1.179, § 2º, o Novo Código Civil determina que é dispensado da escrituração contábil o pequeno empresário a que se refere o art. 970 do Novo Código Civil.

4.1 Conceito de Pequeno Empresário

A Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu art. 68, dispõe que se considera "pequeno empresário", para efeito de aplicação do disposto nos arts. 970 e 1.179 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o "empresário individual", caracterizado como microempresa na forma da própria Lei Complementar 123/2006 e que aufera receita bruta anual de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais). O que não é o caso de nenhuma licitante.

Acerca do assunto em tela, concluímos nossa exposição, mantendo a convicção que as Licitantes IVM Construções e Serviços Eireli, Equatorial Engenharia Eireli e Alfa Serviços e Empreendimentos Ltda foram agraciadas pela omissão ou imperícia da Douta Comissão de Licitação, em habilitá-las ao arrempo da Lei.

QUANTO A ALEGAÇÃO DA EMPRESA ALFA AO SE REFERIR QUE A LICITANTE RECORRENTE NÃO DISPÕE DE CNAE ESPECÍFICO PARA A OBRA LICITADA.

O instrumento convocatório para a licitação em apreço em seu item 7.7.5 estabelece que a licitante deverá apresentar "Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual" (Grifo nosso).

Em nenhum trecho do Edital de Licitação aparece a exigência de CNAE 4213-8/00 – Obras de Urbanização – ruas, praças e calçadas.

Ademais, a obra licitada é de SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO E READEQUAÇÃO DE PRAÇA. E não propriamente dito de construção.

A recorrente, em seus ramos de atividade entabulados no Contrato Social tem as atividades compatíveis com os itens licitados. Quais sejam: 4120-4/00 – Construção de Edifícios, e 4330-4/00 – Obras de acabamento. As duas atividades são compatíveis do o objeto licitado. E todos os serviços a serem realizados estão contidos no ACERVO TÉCNICO da recorrente.

O CNAE é uma é uma classificação hierarquizada em cinco níveis – seções, divisões, grupos, classes e subclasses,

Portanto, verifica-se que as atividades econômicas da recorrente estão estabelecidas conforme abaixo:

1 - Na seção "F", **CONSTRUÇÃO** - Divisão 43- SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO, Grupo 43.3 - Obras de acabamento, classe 43.30-4 OBRAS DE ACABAMENTO

2 - Na seção "F", **CONSTRUÇÃO**, - Divisão 41 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, grupo 41.2 - Construção de Edifícios, Classe 41.20-4 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS.

Embora não conste o código CNAE previsto na seção "F, CONSTRUÇÃO - Divisão - 42 - OBRAS DE INFRAESTRUTURA, Grupo 42.1 - Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras de artes especiais. - Classe 42.13.8 OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS. A recorrente tem em seu contrato social os ramos de atividade compatíveis com o objeto,

Portanto, resta caracterizado que o ramo da recorrente é o de CONSTRUÇÃO, e as subclasses do CNAE são compatíveis com o serviço a ser executado. (Anexo2).

Diante do exposto, constata-se que o argumento da recorrida ALFA, vem desprovido de amparo legal.

A Douta Comissão de Licitação, apesar de inicialmente ter tido o mesmo entendimento da recorrida ALFA, reconheceu que a argumentação da recorrente é procedente e habilitou-a para a fase seguinte da licitação.

Como também habilitou as demais licitantes que não cumpriram na íntegra os preceitos editalícios, nascendo daí o inconformismo da recorrente, que vendo seu Direito ser passado para trás, vem na forma da Lei apresentar as suas razões para a revisão dos administrativos nos termos da Súmula 473 do STF. E por conseguinte inabilitar as demais licitantes por não cumprirem na íntegra as exigências do Edital de Licitação.

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

É crível ressaltar que a manutenção da habilitação das licitantes habilitadas indevidamente, bem como o cancelamento da licitação sem o devido processo legal, configura diversos crimes, entre eles:

1 - CRIME DE PREVARICAÇÃO insculpido no art. 319 do Código Penal Brasileiro,

Vejamos:

Art. 319 - Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. (Grifo nosso).

2 - CRIME DE FRUSTRAÇÃO DO CARÁTER COMPETITIVO DE LICITAÇÃO, estampado no art. 337-F do Código Penal Brasileiro.

Vejamos:

Art. 337-F.- Frustrar ou fraudar, com o intuito de obter para si ou para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, o caráter competitivo do processo licitatório:

Na mesma esteira os artigos 82 e 83 da Lei 8.666/93, estabelecem normas para coibir condutas dessa natureza.

Vejamos:

Art. 82. Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta Lei ou visando a frustrar os objetivos da licitação sujeitam-se às

sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

Art. 83. Os crimes definidos nesta Lei, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo.

Com a decisão da Douta comissão em habilitar todas as licitantes, sem no entanto oportunizar a recorrente apresentar sua manifestação de intenção de recurso, passou-se para a segunda fase do processo licitatório.

Após abrir os envelopes foi informado pela Douta Comissão o valor da proposta de cada um dos licitantes presentes conforme segue:

Ordem	Licitante	Valor da Proposta
1	ALFA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	1.737.000,00
2	EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI EPP	1.858.057,15
3	IVM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI	1.927.076,05
4	JPL CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA-EPP	1.969.917,83

Em seguida, iniciou o procedimento de análise das propostas, e está recorrente apontou o erro na proposta da Licitante EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI-EPP, quando apresentou sua planilha de BDI com formula errada para o quesito LUCRO.

Da forma como foi apresentada a planilha de BDI o valor da proposta será alterado quando levar para a célula correta. Ou seja, o LUCRO ficou fora do cálculo que totaliza a aferição dos impostos.

Enquanto isso a Douta Comissão analisara a proposta da Licitante ALFA onde detectou erro na organização da planilha, ou seja, a planilha utilizada pela licitante ALFA e pelas licitantes IVM e EQUATORIAL, não coincidiam com o valor do objeto licitado.

Somente a planilha da recorrente era igual a planilha apensada aos autos do processo licitatório.

Em face dessa verificação, constatou-se que as três licitantes ora atacadas não tiveram o cuidado de ler o EDITAL, tendo-as pecado por isso.

Vejamos o que diz o Edital.

6.9 – Será desclassificada a licitante que apresentar proposta:

6.9.3 – Que contiver objeto diverso ou **insuficiente** do constante desta Tomada de Preços.

6.9.4 – Não atender as exigências estatuídas pelo presente instrumento.

14 – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS:

14.1- Serão desclassificadas as propostas, por serem considerados excessivos os preços, e que não cumprirem as condições estabelecidas no item 8 deste edital. O valor estimável estabelecido pela presente licitação, para objeto será o valor total estimável é de **R\$ 2.019.630,24 (dois milhões dezenove mil, seiscentos e trinta reais e vinte e quatro centavos)**, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE REVITALIZAÇÃO E READEQUAÇÃO DE PRAÇA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI-AP**, de acordo com as Planilhas Orçamentárias apresentadas pelo Básico.

15 - DA IMPUGNAÇÃO E DO RECURSO

15.1- Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório deste certame, sob pena de decair do direito

15.1.1 Para os fins do disposto no subitem 15.1, deverá o impugnante manifestar-se por escrito por meio de protocolizar na sede da PMVJ localizada na Rua Pedro Ladislau, nº 3280, bairro do comercial – CEP 68.924.000, Anexo Gabinete do Prefeito, Sala 1...

Diante do exposto, verifica-se que houve displicência das três licitantes acima qualificadas em não ler o Edital e perceber que o valor da obra está estimado em **R\$ 2.019.630,24 (dois milhões dezanove mil, seiscentos e trinta reais e vinte e quatro centavos)**,

Da mesma forma não cabe a alegação da Douta Comissão em ter usado planilha diversa da distribuída aos licitantes ora recorridos, uma vez que no item 14.1 está estampado o valor da obra, objeto da soma dos itens constantes da planilha orçamentária, ou seja **R\$2.019.630,24 (Dois milhões dezanove mil seiscentos e trinta reais e vinte e quatro centavos)**, conforme grifado pela própria Administração.

Ademais, DORMIRAM NO PONTO os licitantes que não verificaram o possível erro até 2 (dois) dias que antecedeu o recebimento das propostas, como assim estabelece o item 15.1 do Edital. O Direito não socorre os que dormem.

Assim sendo, verificasse que a Proposta da recorrente é a única que atendeu os ditames do instrumento convocatório. Não podendo ser sacrificada, uma vez que foi a única a atender a íntegra do Edital.

A medida extrema em CANCELAR o processo licitatório prejudica sobremaneira a licitante RECORRENTE que cumpriu todos os itens do Edital.

Frise-se que esses deveres-poderes também estão legalmente previstos no art. 49 da Lei nº 8.666/93:

A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Vale destacar, ainda, que, a rigor, tanto para a revogação como para a invalidação, é necessário instaurar processo administrativo em que se assegure aos atingidos pela decisão a oportunidade de se manifestar a respeito.

Não é por outra razão que o art. 49, § 3º, da Lei nº 8.666/93 prevê que, em caso de "desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa".

Sobre o procedimento a ser adotado, citamos a Súmula nº 04 abaixo:

EMENTA: No caso do desfazimento do procedimento licitatório, o contraditório e a ampla defesa devem ser assegurados antes da prática do ato de revogação ou anulação, sob pena de ilegalidade do próprio ato.

JUSTIFICATIVA:

A licitação, seja qual for a sua modalidade, constitui procedimento administrativo e, como tal, comporta revogação, por razões de interesse público, e anulação, por ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93.

A decisão de revogar ou anular uma licitação consiste no seu desfazimento pela autoridade administrativa competente para a aprovação do procedimento, isto é, para sua homologação, reservada também a possibilidade do Judiciário anular o certame desde que provocado por quem tenha legítimo interesse para agir.

O ato de revogação ou de anulação pela própria Administração, atuando de ofício ou por provocação de terceiros, deve ser motivado, sendo necessário parecer escrito e devidamente fundamentado.

Mas o art. 49, § 3º da Lei nº 8.666/93 estabelece ainda que no caso de desfazimento do processo licitatório – revogação ou anulação – fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

O direito ao contraditório e à ampla defesa tem fundamento constitucional (CF, art. 5º, LV), e consiste no direito dos licitantes de se oporem ao desfazimento da licitação antes que decisão nesse sentido seja tomada.

Entendendo ser caso de desfazimento do processo licitatório, a Administração deve comunicar aos licitantes essa sua intenção, oferecendo-lhes a oportunidade, no prazo razoável que lhes assinalar, de defender a licitação promovida, procurando demonstrar que não cabe o desfazimento, antes da decisão ser tomada.

Se levado a efeito o desfazimento sem que tenha sido assegurado antes o direito ao contraditório e ampla defesa, a decisão será nula, só por essa razão. De qualquer forma, decidido o desfazimento, assiste ainda aos licitantes o direito de interpor recurso administrativo, com fundamento no art. 109, I, alínea "c", da Lei nº 8.666/93, direito esse que com aquele não se confunde. (Revista Zênite ILC, 1996, p. 268).

Todavia, em que pese esse posicionamento, cogita-se a possibilidade de supressão do contraditório e da ampla defesa nos casos em que o desfazimento do processo de contratação ocorre antes da homologação do certame e da adjudicação do objeto.

A hipótese encontra fundamento no posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, o qual defende a tese de que antes da adjudicação do objeto e da homologação do certame, o particular declarado vencedor não tem qualquer direito a ser protegido em face de possível desfazimento do processo de contratação, o que afasta a necessidade de lhe ser assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa.

4 - DO PEDIDO.

1 - Assim, diante de tudo ora exposto, a RECORRENTE requer digno-se Vossa Senhoria, conhecer as razões do presente RECURSO ADMINISTRATIVO, dando-lhe PROVIMENTO, culminando assim com a anulação da decisão que habilitou as empresas licitantes IVM CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, EQUATORIAL ENGENHARIA EIRELI e ALFA SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS LTDA, por não atenderem os preceitos editalícios.

2 – Requer também a Anulação do Ato Administrativo de CANCELAMENTO da licitação por absoluta falta de amparo legal.

3 - Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que a Douta Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, não sendo este o entendimento, faça este recurso subir devidamente informado à autoridade superior em conformidade com o parágrafo 4º do Art. 109 da Lei 8.666/93, observando-se ainda o disposto no parágrafo 3º do mesmo artigo.

Termos em que

PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.

Vitória do Jari, 29 de março de 2023

JPL CONSTRUÇÃO E COMÉRCIO LTDA - EPP

Paulo Jorge Monteiro Lobo,
Sócio Administrador.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

OFÍCIO nº. 229/2023-CPLCSO/PMVJ

Vitória do Jari- AP, em 04 de abril de 2023.

Ao Exmo. Senhor
GILBERTO DE CARVALHO JUNIOR
Advogado Adjunto Geral do Município
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI

Assunto: ENC: PROCESSO 1034/2023/PMVJ - PARECER JURÍDICO/ RECURSO ADMINISTRATIVO A TOMADA DE PREÇO 001/2023-CPLCSO, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4681/2022-PMVJ

Exmo. Advogado Geral do Município,

Com os cordiais cumprimentos de praxe, faço uso do presente, para **ENCAMINHAR** o Processo Administrativo nº 1034/2023-PMVJ, **RECURSO ADMINISTRATIVO, A TOMADA DE PREÇO 001/2023-CPLCSO** solicitado pela empresa JPL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.474.743/0001-10. Que objetiva a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE REVITALIZAÇÃO E READEQUAÇÃO DE PRAÇA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI – AP, para que Vossa Excelência analise e conceda PARECER JURÍDICO do processo em epígrafe, enfatizando e observando neste expediente as condutas e tratativas do Presidente e equipe aos preceitos legais da Lei 8.666/1993 acerca do objeto e demais legislações subsidiárias.

Em caso de dúvidas estamos à disposição!

Sem mais,

Atenciosamente.

ADRIANA COLARES BRANDÃO
Presidente da CPLCSO

RECEBIDO
EM: 04/04/23
HORA: 10:30
Assinatura: *[assinatura]*
ASSINATURA





ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

**RESPOSTA AO DOCUMENTO PROTOCOLIZADO COMO "RECURSO ADMINISTRATIVO"
À DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2023-CPLCSO/PMVJ.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE REVITALIZAÇÃO E READEQUAÇÃO DE PRAÇA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI – AP.

Processo Administrativo Licitatório nº 4681-PMVJ

Trata-se de petição formalizada pela empresa JPL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 11.474.743/0001-10, que fora regularmente habilitada no processo licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 001.2023/CPLCSO-PMVJ.

O requerente em sua missiva, alega o direito de petição garantido na lei máster nacional, trazendo a doutrina como seu fundamento. Certamente, a todo brasileiro é garantido na CF/88 o direito de petição, ressalvadas as garantias e limites que esse direito suporta.

O direito de petição é o direito de invocar a atenção dos poderes públicos para uma questão ou situação. Apesar de caber a todo cidadão brasileiro, ele ainda é pouco utilizado.

Trata-se de um benefício que está previsto na Constituição Federal de 1988, no Art. 5º, Inciso XXXIV, Alínea "a", o qual assegura a todos o direito de petição aos poderes públicos em defesa de garantias ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

Ele é fundamental para **garantir que todos possam ser ouvidos pelo poder público.** Ou seja, é um direito de extrema importância, pois permite que a democracia seja exercida, com a participação de todos.

O direito de petição não deve ser confundido com o direito de ação. Como foi pontuado, o direito de petição é realizado de maneira jurisdicional. E, de acordo com a Constituição Federal, não se pode exigir qualquer pagamento de taxa no processo.

Ele é caracterizado como um direito subjetivo público, de natureza abstrata, dirigido apenas contra o Estado, e independe de sentença favorável ou desfavorável, justa ou injusta. É também de natureza autônoma, pois não depende do direito subjetivo material, tendo em vista que a sua finalidade é dar solução a uma pretensão de direito material.

Como vimos, o direito de petição é um instrumento essencial da lei e da democracia participativa. Ele assegura, de forma gratuita, a obtenção de uma resposta do poder público e garante que não haja abuso de poder.

Cabe fazer uma breve avaliação quanto ao ABUSO DO DIREITO DE PETIÇÃO, vejamos o que diz a doutrina:

"Um dos temas mais difíceis na defesa da concorrência é o abuso de direito de petição", afirmou o autor, deputado João Campos (Republicanos-GO).

"Conhecido na doutrina estrangeira, trata-se do uso do direito de petição para fins anticoncorrenciais", explicou.



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

"Para caracterizar a conduta devem ser consideradas a plausibilidade das ações, a veracidade das informações prestadas – mais inexistências e omissões que possam levar o Judiciário a erro – e a proporcionalidade dos meios utilizados" (Fonte: Agência Câmara)

O Abuso de Direito está presente no direito brasileiro que diz: "Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes".

O abuso de direito diz respeito à existência de limites à atuação daquelas que, em tese, agem em conformidade com a norma legal. Na perspectiva do formalismo jurídico, ou se exerce um direito, pelo que não se pode cogitar de abuso, ou então se está praticando um ilícito, razão pela qual também não há de se falar em abuso. Em outras palavras, um ato não pode ser, ao mesmo tempo, conforme e contrário ao direito. Quando saímos dos limites estabelecidos pela norma, agimos sem direito, o que nos levaria a reconhecer que a expressão abuso do direito não passa de um jogo de palavras.

A doutrina costuma referir-se a condutas que, consideradas em si mesmas, são lícitas, irreprováveis, mas que, do **ponto de vista da intenção e finalidade, mostram-se abusivas**. Aqui, o espírito de emulação transparece claramente no resultado da conduta: se o titular do direito causa prejuízo a outrem, sem nenhuma utilidade, configurado está, salvo erro de cálculo, o **exercício doloso**.

Diante disso, tem-se claro que há abuso do direito de petição no documento postulado pela empresa, confirmando a sua má-fé, ou pior, seu ato ilícito, em peticionar em um processo licitatório CANCELADO, onde, mesmo estando presente o representante legal da empresa JPL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-EPP, Senhor PAULO JORGE MONTEIRO LOBO, sequer manifestou sua intenção em recorrer da decisão de sua HABILITAÇÃO ou, ainda, após a decisão pelo CANCELAMENTO DA LICITAÇÃO, ficou SILENTE, CALADO, SEM SE MANIFESTAR, ASSINOU A ATA, e por súbito enlace de memória, resolveu ARGUIR O DIREITO DE PETIÇÃO PARA "RECORRER", ou seja, quer causar DANOS À ADMINISTRAÇÃO, QUER TUMULTUAR O PROCESSO DE LICITAÇÃO, QUER CONTURBAR A GESTÃO E, PROCRASTINAR O IMPROCRASTINÁVEL.

1. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

O art. 109, da Lei federal nº 8.666, de 1.993, dispõe sobre os recursos cabíveis em sede de licitações e contratos administrativos, e são eles: I) recurso hierárquico; II) representação, e III) **pedido de reconsideração**. O texto legal estabelece que qualquer pessoa pode impugnar o edital, seja ela cidadão ou licitante.

O §1, do art. 41 da Lei 8.666/93 confere legitimidade para qualquer cidadão impugnar o edital quando detectar qualquer irregularidade. O cidadão deve protocolar no **prazo de 5 dias úteis antes da data da abertura dos envelopes de habilitação** e, a Administração Pública tem o **prazo de 3 dias úteis para julgar e responder a impugnação**.

Em semelhantes termos, consigna o instrumento convocatório ora impugnado que:

"15.3 Dos atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação cabe recurso nos prazos legais;

15.3.1 O recorrente deverá apresentar as razões recursais na forma escrita e protocolada na Prefeitura Municipal de Vitória do Jari, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

15.3.2 Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões no prazo comum de 3 (três) dias úteis, contados do fim do prazo estabelecido no

28



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

subitem 15.3.1, independente de interposição antecipada do recurso."
(destaque)

A par dos regramentos de admissibilidade adma explicitados, em sucinto exame preliminar acerca do pedido de impugnação formulado, tem-se que:

TEMPESTIVIDADE: A data de abertura da sessão pública do certame, foi marcada originalmente para ocorrer em **24/03/2023**, conforme extrato publicado no Diário Oficial e exposta no folha de rosto do Edital; no entanto, por falta de energia no prédio onde se realizaria o certame, foi remarcada para o dia **27/03/2023**. Assim, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na lei nº 8.666/93, o prazo-limite para ingresso do recurso, se encerraria no dia **03/04/2023**. SERIA se houvesse manifestação de interesse em protocolar RECURSO seja na fase de HABILITAÇÃO, seja na fase de análise de PROPOSTAS, o que não ocorreu, conforme se pode aferir da redação da ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO.

Portanto, já tendo passado a fase de HABILITAÇÃO (sem manifestação de interesse em recorrer), passou para a fase de PROPOSTAS que, surpreendentemente, somente a empresa peticionante, ESTAVA COM A PROPOSTA, COM AS INFORMAÇÕES CORRETAS DA PLANILHA DE CUSTO E ORÇAMENTÁRIA, inclusive, cabe aqui um destaque. Essa empresa JPL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-EPP, foi a ÚNICA EMPRESA QUE RETIROU OS ANEXOS DO EDITAL (PLANILHA DE CUSTOS, ORÇAMENTÁRIA, BDI, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS ANEXOS) NA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, quando deveria (como fizeram as demais concorrentes) receber junto com o EDITAL diretamente nesta CPLCSO, assim, também não se manifestou no momento oportuno, quando da lavratura da ATA, deixando mais uma vez, de dizer que pretendia RECORRER DA DECISÃO QUE **CANCELOU O CERTAME POR ERRO INSANÁVEL**.

Cabe ainda destacar que, a referida manifestação da empresa insatisfeita com esta Comissão Permanente de Licitação, ingressou com petição desarrazoada, em LICITAÇÃO CANCELADA, que nem com a melhor boa vontade esta CPL teria condições de ADMITIR A PETIÇÃO muito menos admitir como **RECURSO ADMINISTRATIVO**.

1.2 LEGITIMIDADE: Entende-se que a empresa seria parte legítima, desde que fosse cumprida a lei, ou seja, houvesse NO MOMENTO OPORTUNO A MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE RECORRER, talvez por **desconhecimento da Lei**, dessa forma, nem LEGITIMIDADE tem a empresa para ingressar com instrumento distinto do que preconizou o **edital**, entendemos que a pessoa JURÍDICA no caso, não detinha a legítima para interpor o suposto "recurso".

1.3 FORMA: o pedido da recorrente foi formalizado por meio previsto em Edital, em forma de arrazoado com identificação dos pontos a serem atacados, com fundamentação e com qualificação da empresa, sem a qualificação da pessoa como representante legal, e, ainda, sem comprovação documental. E, ainda, de forma desarrazoada ou fundamentada legitimamente.

Conclui-se, portanto, com base nos requisitos legais pertinentes, o pedido de petição foi apresentado em rasa observância aos requisitos formais e materiais mínimos de

B



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

admissibilidade. Ou seja, reforça aqui a afirmação de LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ, devendo sofrer a punição que merece, por tentar causar danos a administração municipal.

2. DAS ARGUMENTAÇÕES DA PETICIONANTE

Irresigna-se a empresa contra a decisão da CPLCSO, primeiro de habilitação dela própria e das demais concorrente para o certame, alegando que fora formatado de forma irregular restringindo a competitividade, solicita a reforma da decisão de habilitação das demais empresas. Ocorre que ela não manifestação no momento oportuno esse interesse.

Requer o acolhimento da manifestação impetrada, e que o resultado da Licitação seja **ANULADO** o ato administrativo que **CANCELOU A LICITAÇÃO**. Pedido também sem sustentáculo, vez que não manifestou oportunamente essa intenção, logo, não cabe vir, de forma sorrateira e com pretensão ilícita, tentar prejudicar o processo de licitação.

3. DA ANÁLISE DO PEDIDO

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, tem por bem dizer que:

1. A decisão foi proferida em perfeita consonância com os regimentos legais, CF, Lei e Edital, destacando que, teve o respaldo do parecer jurídico (PARECER Nº 102/2023. AGM/PMVJ) emitido pela Advocacia Geral do Município, concluindo: "Diante do exposto, sobre a análise do processo licitatório em questão, esta assessoria jurídica, sugere Anulação do procedimento licitatório, a imediata adequação do Edital, bem como de suas planilhas e a realização de novo certame, nos termos dos princípios da economicidade e da moralidade, bem como do artigo 49 da Lei 8.666/93."
2. A decisão de ANULAÇÃO foi publicada em todos os meios de divulgação autorizados pela administração pública, quais sejam: AVISO DE ANULAÇÃO no Diário Oficial do Município do dia 29/03/2023; no Diário Oficial do Estado do dia 03/04/2023; e, no Diário Oficial da União.

De acordo com a Lei nº 8.666/93, na etapa de habilitação, entre outros aspectos, a Administração deverá analisar toda a documentação que possibilite o credenciamento e capacidade de execução da obra.

Para isso, a mesma Lei autoriza a exigência de comprovação da capacitação técnica da empresa licitante, nos termos de seu art. 30, II, e a comprovação da capacitação técnico-profissional, ou seja, de seu empregado, de acordo com seu art. 30, § 1º, I, conforme segue:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

1 - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;" (destaques nosso)

Tendo em consideração a capacitação técnica da empresa (art. 30, II, Lei 8.666/93), a experiência a ser verificada é a da pessoa licitante, devendo comprovar, enquanto organização empresarial, sua aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, nos termos do supracitado inciso. Em relação à capacitação técnico-profissional, o objetivo do requisito é a demonstração da experiência do profissional indicada pela empresa licitante para agir como seu responsável, na área, mais técnica, quando da execução do serviço contratado.

Ademais, a Súmula nº 263 do Tribunal de Contas da União (TCU) afirma que:

"(...) para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, (...) é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo esta exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado." (os destaques não são do original)

No tocante ao técnico, a descrição "detentor de atestado de responsabilidade técnica" deve ser evidenciada através de treinamentos oficiais para que a prestação do serviço seja realizada de forma compatível com as exigências dessa instituição, que, no geral, nos parecem minimamente razoáveis para garantia de uma prestação de serviço com excelência.

Nesse diapasão, *exempli gratia*, podemos citar o voto do Relator do Acórdão 1890/2010-TCU/Plenário:

ACÓRDÃO 1890/2010 – PLENÁRIO

Sumário: REPRESENTAÇÃO. SUPOSTA RESTRIÇÃO AO CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME LICITATÓRIO. SOLICITAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR. CONHECIMENTO IMPROCEDÊNCIA. NEGATIVA DE CONCESSÃO DA CAUTELAR PLEITEADA. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. CIÊNCIA AOS INTERESSADOS.

(...)

Voto: (...)

15. Não há como negar que a Administração, atentando especialmente para o interesse coletivo, tem o poder-dever de exigir em suas contratações os requisitos considerados indispensáveis à boa e regular execução do objeto que constituirá encargo da futura contratada. (...)

17. De mais a mais, o princípio que refuta a restrição ao caráter competitivo não é absoluto, representando essencialmente a expressão sintetizada de uma orientação vista em caráter de generalidade.

18. Aliás, ao interpretar a norma que veda a imposição de restrições ao caráter competitivo nos atos de convocação (art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993), Marçal Justen Filho sustenta que "o dispositivo não significa vedação a cláusulas restritivas da participação", ponderando que ele "não impede a previsão de exigências rigorosas, nem impossibilita exigências que apenas possam ser cumpridas por específicas pessoas" (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 3ª ed. Aide Editora, 1994, p. 36).

19. Ainda de acordo com o renomado administrativista, o lei veda, na verdade, é "cláusula desnecessária ou inadequada, cuja previsão seja orientada não a

[Assinaturas manuscritas]



ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS

selecionar a proposta mais vantajosa, mas a beneficiar alguns particulares". Segundo o autor, "se a restrição for necessária para atender ao interesse público, nenhuma irregularidade existirá em sua previsão" (obra citada, p. 35).

20. É dizer, a invalidade não reside na restrição em si mesma, mas na incompatibilidade dessa restrição com o objeto da licitação. Assim, o que importa saber é se a restrição é desproporcional às necessidades da Administração, ou seja, se ela atende ou não ao interesse público, isto considerado sempre indisponível. (...) (grifamos)

Observa-se, portanto, que podem ser legítimas e legalmente respaldadas exigências relativas ao objeto da licitação ou aos licitantes, desde que tais condições sejam necessárias, relevantes e razoáveis, e possam ser justificadas pela Administração, como se configura o edital que balizou o certame ora ANULADO.

Conclui-se, portanto, que as exigências definidas pela área técnica solicitante, e transcritas em edital, se encontram devidamente justificadas nos autos do processo licitatório, e que as mesmas possuem respaldo legal e jurisprudencial, de modo a não configurar afronta à legislação aplicável.

Pelo exposto e com lastro nos posicionamentos levantados, a decisão da CPLCSO está em conformidade com as disposições legais e em consonância com as orientações da Egrégia Corte de Contas da União. Ainda mais, não será reformada por Instrumento esdrúxulo trazido ao processo apenas com o intuito de tumultuar ou por absoluta MÁ-FÉ, demonstrada desde o início, quando, ao invés de receber, como todas as demais empresas que retiraram o Edital, os anexos na CPLCSO, os recebeu na SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA do município de Vitória do Jari-AP.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, recebo a petição interposta pela empresa JPL CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-EPP, mas à luz dos argumentos apresentados pelo opinativo jurídico existente nos autos, decido pela **INADMISSIBILIDADE DA PETIÇÃO, por absoluta INCAPACIDADE JURIDICA**, consequentemente, **AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE**, no mérito, julgo pela **IMPROCEDÊNCIA TOTAL** dos pedidos, pela litigância de má-fé e por intenção meramente procrastinatória. A litigância de má-fé se configura quando a parte deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; alterar a verdade dos fatos; usar do processo para conseguir objetivo ilegal; opuser resistência injustificada ao andamento do processo; proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; provocar incidentes manifestamente infundados ou, ainda, interpor recurso com intuito manifestamente protelatório.

Diante do exposto, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Vitória do Jari - AP, eu **Adriana Colares Brandão**, designado pelo Decreto n.º 380/2023-GAB/PMVJ, no uso de minhas atribuições conferidas pela Lei n.º 8.666/93, pela legislação aplicável à espécie e em consonância com os demais membros, **SHEILA CARLA SARAIVA MENDES e LISDIANE PAIVA PIRES**, a decisão na sessão ocorrida no dia 27/03/2023 na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Vitória do Jari-AP. Desta forma, dá-se através, da presente decisão a ciência à Autoridade Competente, e entendendo cabível o entendimento esposado pela Presidente, para que Vossa Senhoria analise e conceda PARECER JURÍDICO do recurso em epígrafe,

B




ESTADO DO AMAPÁ
PREFEITURA DE VITÓRIA DO JARI
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS


ênfatizando e observando neste expediente as condutas e tratativas da Presidente e equipe aos preceitos legais da Lei 8.666/1993 acerca do objeto e demais legislações subsidiárias.

Vitória do Jari-AP, 04 de abril de 2023.

ADRIANA COLARES BRANDÃO

Presidente da CPLCSO
Dec.: 380/2023-GAB/PMVJ


Sheila Carla Saraiva Mendes
Secretária da CPLCSO


Lisdiane Paiva Pires
Membro da CPLCSO